

CARTA ARGUMENTATIVA

PROPOSTA

Estamos no início de outubro de 2001 e você, como profissional bem-sucedido da área de Letras, exerce a função de editor-assistente da revista semanal *Veja*, da editora Abril. Na edição de número 1725, de 4 de outubro, a revista publica, como matéria de capa, uma reportagem sobre a situação da língua portuguesa na sociedade brasileira contemporânea. A matéria, assinada pelo repórter João Gabriel de Lima, intitulada “Falar e escrever: eis a questão”, e desenvolvida sob sua supervisão, constitui o Anexo I desta proposta. Na mesma semana, como reação à reportagem, você recebe uma carta aberta, assinada pelo lingüista Marcos Bagno, criticando o “absoluto despreparo de jornalistas e comunicadores para tratar do tema”, e atacando as posições sustentadas pelo gramático Pasquale Cipro Neto, cujo depoimento integrou a reportagem. A carta de Bagno é apresentada no Anexo II. Embora decida não publicar a carta na seção de cartas dos leitores, você não pode deixá-la sem resposta, principalmente dada a ampla circulação que a crítica alcançou nas universidades brasileiras e nas listas de discussão de lingüística. Cabe a você, portanto, elaborar uma réplica que venha a defender a posição adotada pela revista e pelo jornalista contra os argumentos apresentados pelo lingüista. Como de praxe nesses casos, seu texto deve, como o primeiro, constituir uma carta aberta, endereçada agora a Marcos Bagno, para que possa ser submetida aos mesmos meios de circulação, e para que venha a operar o desagravo da matéria publicada sob sua supervisão.

INSTRUÇÕES

1. O texto deve fazer uso, não apenas correto, mas produtivo do registro formal da escrita da língua portuguesa. Serão avaliados o domínio da convenção ortográfica do português; o uso do vocabulário; o respeito às regras das sintaxes de concordância, de regência e de colocação; o uso dos sinais de pontuação (incluída a paragrafação); e a utilização dos demais recursos de coesão (como o uso dos micro e dos macromarcadores discursivos) e de estilo (como as fórmulas convencionais) da língua portuguesa
2. O texto deve constituir um texto corrido, sem subdivisões internas, que venha a constituir um todo coeso, cujas partes (orações, períodos e parágrafos) devem estar articuladas e inter-relacionadas, como produto um projeto textual claro e organizado, que não venha a oferecer percalços ou problemas de leitura para um leitor de nível médio.
3. O texto deve revelar preocupação metatextual deliberada, com problematização evidente de sua forma e de sua função, para que possa compor um estilo singular, que fuja ao senso comum e que traga elementos inovadores para o desenvolvimento da proposta.
4. O texto deve mobilizar as categorias características do TIPO DE TEXTO a que pertence. No caso das CARTAS ARGUMENTATIVAS, é preciso que haja cabeçalho, com local e data; indicação clara do destinatário; saudação; contextualização; interlocução contínua com o destinatário; despedida; e assinatura.
5. O texto deve trazer as marcas características do GÊNERO DO DISCURSO a que pertence. No caso das CARTAS ARGUMENTATIVAS, é preciso que o texto seja INFORMATIVO, ou seja, que forneça provas, dados, exemplos e ilustrações que possam funcionar como evidências do que se quer defender; que seja ARGUMENTATIVO, ou seja, que defenda uma determinada posição e ataque as posições adversárias; e que seja CONATIVO, ou seja, que tenha por objetivo último persuadir o destinatário a alterar sua posição.

ANEXO I

Matéria de capa da revista *Veja*, edição 1725, de 04/10/2001

Falar e escrever, eis a questão

Expressar-se em português com clareza e correção é uma das maiores dificuldades dos brasileiros. A boa notícia é que muitos estão conscientes disso e querem melhorar

João Gabriel de Lima

Roberto Carlos, Romário, Silvio Santos, Vera Fischer, Carla Perez. Os famosos no Brasil em geral jogam futebol, atuam na televisão ou cantam música popular. O professor paulista Pasquale Cipro Neto, de 46 anos, tornou-se um nome nacional de uma forma bem diferente: ensinando português. Há duas semanas ele estreou um quadro no Fantástico, da Rede Globo. Já na estréia, E Agora, Professor? (esse é o nome do quadro) recebeu uma enxurrada de e-mails de telespectadores - cerca de 300 -, que queriam tirar dúvidas sobre o uso do idioma. Pasquale é um fenômeno de mídia. Além de levantar a audiência na TV, ele ajuda a vender publicações. Quando produziu um encarte com exercícios de português para O Globo, provocou um aumento de 40% na circulação dominical do jornal carioca. Republicada mais tarde na revista Época, pertencente à mesma empresa, a série fez com que a vendagem em bancas do semanário quase dobrasse. Pasquale também é um sucesso no rádio, em livros, em palestras e em CD-ROM. Ele não é o único que ficou conhecido nacionalmente por ensinar os brasileiros a falar e escrever melhor. Dono de uma escola de expressão oral, o economista Reinaldo Polito também faz um sucesso impressionante. Tem 1.600 alunos por ano, já vendeu mais de 570.000 livros e suas palestras estão cotadas em 9.500 reais.

Seria errado concluir, a partir desses dois exemplos, que a língua portuguesa é uma paixão dos brasileiros, assim como o futebol, a televisão e a música. A verdade é que as pessoas finalmente perceberam que precisam dominar a norma culta do idioma. Principalmente na vida profissional. Nunca, no mundo corporativo, houve tantas reuniões e apresentações. Quem não consegue articular pensamentos com clareza e correção tem um grande entrave à ascensão na carreira. A invenção do e-mail contribuiu para este quadro, ao incrementar também a comunicação por escrito dentro das empresas. Na Nestlé, por exemplo, o número de mensagens eletrônicas trocadas entre os funcionários dobra a cada ano. Foram 2 milhões em 1999, 4 milhões em 2000 e, até o fim de 2001, esse número deve chegar a 8 milhões. É óbvio que é péssimo para a imagem de alguém enviar a seu chefe um e-mail confuso ou com erros de português. "O domínio da língua é importantíssimo para qualquer profissional, tanto que, na hora de admitir novos funcionários, costumamos fazer um teste de expressão escrita", informa Carlos Faccina, diretor de recursos humanos da Nestlé. José Paulo Moreira de Oliveira, especialista em português ligado à empresa de consultoria MVC, estima que, em carreiras nas quais a internet é ferramenta de trabalho, os profissionais despendam 25% de seu dia atualizando a correspondência eletrônica. Fora do trabalho, o e-mail é também cada vez mais usado na vida particular. A tendência é que sua utilização fique cada vez menos restrita à parcela da população que tem computador em casa. Recentemente, os Correios criaram um programa piloto de internet. No Rio de Janeiro e em São Paulo, várias agências contam com terminais para quem quiser enviar e-mails em vez de cartas. Quem não tiver endereço eletrônico pode obter um de graça, aderindo ao programa. Os Correios prometem colocar esse equipamento em todas as agências do país até 2003.

AS ATIVIDADES DE PASQUALE

- Escreve colunas em jornais de dez capitais brasileiras;
- Participa de programas de treinamento no jornal Folha de S. Paulo e na Rede Globo;
- Ancora o Nossa Língua Portuguesa, na TV Cultura;
- Acaba de estrear um quadro no Fantástico, da Rede Globo;
- Apresenta dois programas de rádio;
- Coordena atividades especiais numa das unidades do Curso Anglo;
- Tem sete livros publicados, que totalizam 350 000 exemplares vendidos;
- Seu CD-ROM Nossa Língua Portuguesa vendeu 50 000 cópias.

As angústias dos brasileiros em relação ao português são de duas ordens. Para uma parte da população, a que não teve acesso a uma boa escola e, mesmo assim, conseguiu galgar posições, o problema é sobretudo com a gramática. É esse o público que consome avidamente os fascículos e livros do professor Pasquale, em que as regras básicas do idioma são apresentadas de forma clara e bem-humorada. Para o segmento que teve a oportunidade de estudar em bons

colégios, a principal dificuldade é com a clareza. É para satisfazer principalmente a essa demanda que um novo tipo de profissional surgiu: o professor de português especializado em adestrar funcionários de empresas. Antigamente, os cursos dados no escritório eram de gramática básica e se destinavam principalmente a secretárias. De uns tempos para cá, eles passaram a atender primordialmente gente de nível superior. Em geral, os professores que atuam em firmas são acadêmicos que fazem esse tipo de trabalho esporadicamente, para ganhar um dinheiro extra. "É fascinante, porque deixamos de viver na teoria para enfrentar a língua do mundo real", diz Antônio Suárez Abreu, livre-docente pela Universidade de São Paulo que já deu cursos em empresas como a Mercedes-Benz, a Nortel e a Companhia Paulista de Força e Luz. Abreu até lançou um livro voltado para esse público, *A Arte de Argumentar - Gerenciando Razão e Emoção*, que está na segunda edição.

Já existe no país até uma escola voltada para o ensino da língua para profissionais. É o Curso Permanente de Português, de Porto Alegre. O CPP, como é conhecido, foi fundado em 1976 por Édison de Oliveira, uma espécie de precursor gaúcho de Pasquale Cipro Neto. Ele se notabilizou com aulas de gramática no rádio e na televisão do Rio Grande do Sul. Até recentemente, o CPP funcionava como um curso especializado em redação para o vestibular. Há cinco anos, resolveu atacar o filão das empresas. "É um trabalho bastante complexo, porque nós temos de entrar no universo das profissões para saber os problemas específicos que cada uma apresenta", analisa a professora Maria Elyse Bernd, diretora do CPP. O curso mescla aulas de gramática com atividades práticas direcionadas para as diferentes carreiras. Médicos aprendem a escrever laudos; advogados, petições; economistas, relatórios e assim por diante. O CPP tem como clientes bancos, tribunais e até um hospital. Algumas empresas procuram o curso incentivadas pelos próprios funcionários. "Fizemos uma pesquisa e descobrimos que conhecer melhor as regras do idioma era uma demanda de todos os níveis hierárquicos", diz Josué Vieira da Costa, da área de recursos humanos do Banrisul, banco estatal gaúcho que contratou os serviços do CPP. Costa lembra que as dificuldades com o português chegaram a entrar a burocracia do banco. "Uma vez, um funcionário quase foi promovido erroneamente por causa do parecer dúbio de um executivo. É incrível que esse tipo de coisa atrapalhe o funcionamento de uma empresa."

AS PROEZAS DE POLITO

- Tem 11 livros publicados, que venderam 570 000 exemplares;
- O best-seller é *Como Falar Corretamente e sem Inibições*, que vendeu 300 000 exemplares;
- Por seu curso passam, em média, 1 600 alunos por ano;
- Dá em média 3 palestras por mês;
- Seu cachê por palestra é 9.500 reais;
- Tem vários alunos famosos, entre eles o senador Eduardo Suplicy.

A dificuldade com a clareza é um traço cultural no Brasil. "Num país com tantas carências educacionais, falar de maneira rebuscada é indicador de status, mesmo que o falante não esteja dizendo coisa com coisa", afirma o professor Francisco Platão Savioli, da Universidade de São Paulo, autor de nove livros sobre o ensino do idioma. Esse amor pelas palavras difíceis tem origem na época da transição do Império para a República, no fim do século XIX. Conforme explica Sérgio Buarque de Holanda, em seu clássico *Raízes do Brasil*, com o advento da República o curso superior passou a ser o principal parâmetro de reconhecimento social. Na época, estavam em voga as escolas de direito. Assim, para ser alguém na sociedade daquele tempo, era necessário não apenas ser advogado, mas também falar como advogado. É daí que surge, segundo Sérgio Buarque, a linguagem bacharelesca. Esse estilo floresceu no começo do século XX e, a partir do modernismo, seu prestígio foi decaindo. O português empolado persiste, no entanto, até hoje, em formas degeneradas. Uma delas é o chamado "burocratês", a linguagem dos memorandos das empresas, nos quais mesmo para solicitar a compra de uma caixa de clipes são necessárias várias saudações e salamaleques. Outra é a retórica de parte dos políticos. O linguajar pomposo também sobrevive nas teses acadêmicas e, como era de esperar, no discurso dos advogados.

Há vários indícios, no entanto, de que essa tradição de rebuscamento está fadada a ir para a lata de lixo da História. Na área do direito, por exemplo, existe uma corrente que defende a simplificação da língua. Há duas semanas, o desembargador João Wehbi Dib ganhou as manchetes de jornais pelo tom com que redigiu seu voto num processo contra o escritor Ruy Castro, acusado de difamar Garrincha no livro *Estrela Solitária*. Entre as provas arroladas pelos advogados dos herdeiros do jogador, havia uma descrição feita por Castro da anatomia íntima do craque. Para choque de muitos, o desembargador Wehbi Dib discorreu sobre o assunto sem meias palavras. "As novas gerações de advogados perceberam que o discurso empolado, muitas vezes, atrapalha a argumentação lógica", diz Ester Kosovski, professora da área de direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Outro golpe no barroquismo vem da própria popularização do e-mail. "A

linguagem da correspondência eletrônica, nas empresas, tem de ser mais concisa e mais clara que a do memorando, porque em geral tem o objetivo de provocar uma ação imediata", analisa o professor paranaense Artur Roman, autor de dissertação de mestrado sobre o assunto e funcionário do setor de treinamento do Banco do Brasil.

A clareza também se tornou a prioridade dos cursos de oratória. O professor Reinaldo Polito, que há 26 anos tem em São Paulo uma escola de expressão verbal para profissionais de várias áreas, constatou, ao longo de sua carreira, uma mudança significativa. Segundo ele, até pouco tempo atrás a maior parte de sua clientela era formada por executivos na faixa dos 45 anos, que se preocupavam, antes de tudo, com a impostação de voz e a gestualidade. Recentemente, ele passou a ser procurado principalmente por jovens em início de carreira que querem aprender a se expressar de forma clara e simples. "Para atender esse pessoal, que hoje é o grosso do meu público, tive de reorientar o curso. Passei a enfatizar o encadeamento das idéias e a coerência da argumentação", conta Polito. A demanda é tanta que, em março passado, ele inaugurou outra unidade de sua escola, no bairro paulistano do Ipiranga. Nela, há auditórios de vários tamanhos para simular diferentes tipos de conferências. Polito tem entre seus alunos o senador do PT Eduardo Suplicy. "Ele é um homem inteligentíssimo, só precisa aprender a se expressar melhor. É um grande desafio para mim", avalia Polito.

A dificuldade do brasileiro em falar e escrever de forma a se fazer entender não é apenas consequência da tradição bacharelesca. Há outros fatores. Para começar, lê-se pouco no Brasil. O parâmetro de comparação que costuma ser utilizado nessa área é a média de livros publicados per capita, que resulta da divisão do total da produção pela população do país. No Brasil se produzem 2,4 livros por habitante, contra sete na França e onze nos Estados Unidos. Esse indicador, no entanto, é imperfeito, porque ignora a taxa de analfabetismo, a proporção de livros didáticos no universo editorial e a quantidade de volumes que vai parar em bibliotecas. A Câmara Brasileira do Livro divulgou recentemente um estudo que mostra que, na verdade, os brasileiros lêem em média apenas 1,2 livro por ano. Não cultivar a leitura é um desastre para quem deseja expressar-se bem. Ela é condição essencial para melhorar a linguagem oral e escrita. Quem lê interioriza as regras gramaticais básicas e aprende a organizar o pensamento.

As escolas poderiam ensinar a escrever, mas não o fazem. Não que as aulas de redação sejam em menor número do que o desejado. O problema é que essa matéria é ensinada de forma errada, por meio de assuntos distantes da vida real. "Em vez de escrever redações sobre temas vagos, como 'Minhas férias' ou 'Meu cachorro', o aluno deveria ser adestrado nos diferentes gêneros da escrita: a carta, o memorando, a ficção, a conferência e até o e-mail", opina o professor Luiz Marcuschi, da Universidade Federal de Pernambuco. Por último, há a questão do nível dos professores. "A maior parte da mão-de-obra nessa área é de baixa qualificação", diz o professor Pasquale Cipro Neto. "Como o aluno vai aprender a diferença entre sujeito e predicado se nem o professor entende direito? Infelizmente, não existem bons professores de português em número suficiente para atender à imensa demanda que o país tem."

Pasquale conhece bem as carências nessa área. Ele percorre o Brasil para dar palestras. Transformou-se em estrela de magnitude nacional depois de atuar em comerciais da rede de lanchonetes McDonald's, em 1997. Pasquale, no entanto, não é uma unanimidade. Esteja em São Paulo, Macapá ou Passo Fundo, inevitavelmente ouve críticas. Elas ecoam o pensamento de uma certa corrente relativista, que acha que os gramáticos preocupados com as regras da norma culta prestam um desserviço à língua. De acordo com essa tendência, o certo e o errado em português não são conceitos absolutos. Quem aponta incorreções na fala popular estaria, na verdade, solapando a inventividade e a auto-estima das classes menos abastadas. Isso configuraria uma postura elitista. Trata-se de um raciocínio torto, baseado num esquerdismo de meia-pataca, que idealiza tudo o que é popular - inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do "povo". O que esses acadêmicos preconizam é que os ignorantes continuem a sê-lo. Que percam oportunidades de emprego e a conseqüente chance de subir na vida por falar errado. "Ninguém defende que o sujeito comece a usar o português castiço para discutir futebol com os amigos no bar", irrita-se Pasquale. "Falar bem significa ser poliglota dentro da própria língua. Saber utilizar o registro apropriado em qualquer situação. É preciso dar a todos a chance de conhecer a norma culta, pois é ela que vai contar nas situações decisivas, como uma entrevista para um novo trabalho." Felizmente, a maior parte das pessoas não está nem aí para a conversa mole dos relativistas. Quer saber, isso sim, de falar e escrever direito. A julgar pela máxima do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein - "os limites da minha linguagem são também os limites do meu pensamento" -, os brasileiros que tentam melhorar seu português estão também aprendendo a pensar melhor.

Exemplo: "Haja visto o progresso da ciência..."

Explicação: a forma "haja visto" não se aplica a este caso. O correto é "haja vista", e não varia. "Rubens Barrichello poderá ser campeão, haja vista o progresso que tem feito com o novo carro".

Exemplo: "Para mim não errar..."

Explicação: "mim" não pode ser sujeito, apenas complemento verbal ("Ele trouxe a roupa para mim"). Também pode completar o sentido de adjetivos: "Fica difícil para mim..."

Exemplo: "Vou estar enviando o fax..."

Explicação: embora não seja gramaticalmente incorreto, o gerúndio é uma praga. É feio e desnecessário. Melhor dizer "Vou enviar o fax".

Exemplo: "Ir ao encontro de...", "ir de encontro a..."

Explicação: muita gente acha que as duas expressões significam a mesma coisa. Errado. "Ir ao encontro de..." é o mesmo que estar a favor. "Ir de encontro a..." significa estar contra, discordar.

Exemplo: "Eu, enquanto diretor de marketing..."

Explicação: também é inadequado. Melhor dizer "Eu, como diretor de marketing..."

Exemplo: "Fazem muitos anos..."

Explicação: quando o verbo "fazer" se refere a tempo, ou indica fenômenos da natureza, não pode ser flexionado. Diz-se: "Faz dois anos que trabalho na empresa", "Faz seis meses que me casei".

Exemplo: "A nível de Brasil..."

Explicação: "a nível de" é uma expressão inútil. Pode ser suprimida ou substituída por outras. Exemplo. Em vez de "A empresa está fazendo previsões a nível de mercado latino-americano", use "A empresa está fazendo previsões para o mercado latino-americano".

Exemplo: "Não tive qualquer intenção de errar"

Explicação: não se deve usar "qualquer" no lugar de "nenhum" em frases negativas. O certo é dizer "Não tive nenhuma intenção de errar".

Exemplo: "Há dez anos atrás..."

Explicação: redundâncias enfeiam o discurso. Melhor dizer "Há dez anos" ou "Dez anos atrás". "Há dez anos atrás" é o mesmo que "um plus a mais".

Exemplo: "Éramos em oito na reunião"

Explicação: não se usa a preposição "em" entre o verbo ser e o numeral. O correto é dizer "Éramos oito".

ANEXO II

Carta de Marcos Bagno ao editor de Veja

Sr. Editor,

Em 1990, o lingüista e educador britânico Michael Stubbs escrevia que "toda a área da língua na educação está impregnada de superstições, mitos e estereótipos, muitos dos quais têm persistido por séculos e, às vezes, com distorções deliberadas dos fatos lingüísticos e pedagógicos por parte da mídia". É triste constatar que essas palavras, publicadas há mais de uma década, se aplicam com precisão impressionante ao que ainda ocorre hoje em dia no Brasil. Afinal, de que outro modo qualificar a reportagem de capa do número 1725 de Veja senão como uma série de "distorções deliberadas dos fatos lingüísticos e pedagógicos por parte da mídia"?

O texto assinado pelo Sr. João Gabriel de Lima demonstra o quanto nossos meios de comunicação de massa se encontram, perdoe-me o lugar-comum, na contramão da História quando o assunto é língua. Há um absoluto despreparo de jornalistas e comunicadores para tratar do tema (um exemplo gritante disso veio a público em outra edição recente de Veja, a de número 1710, com a reportagem "Todo mundo fala assim").

Se falo de contramão é porque - passados mais de cem anos de surgimento, crescimento e afirmação da Lingüística moderna como ciência autônoma -, a mídia continua a dar as costas à investigação científica da linguagem, preferindo consagrar-se à divulgação e sustentação das "superstições, mitos e estereótipos" que circulam na sociedade ocidental há mais de dois mil anos. Isso é ainda mais surpreendente quando se verifica que, na abordagem de outros campos científicos, os meios de comunicação se mostram muito mais cuidadosos e atenciosos para com os especialistas da área. Quando o assunto é língua, porém, o espaço maior é invariavelmente ocupado por alguns oportunistas que, apoderando-se inteligentemente dessas "superstições, mitos e estereótipos", conseguem transformar esse folclore lingüístico em bens de consumo que lhes rendem muito lucro financeiro, além de fama e destaque na mídia. Basta comparar o espaço dedicado, no último número de Veja, ao Prof. Luiz Antônio Marcuschi (reconhecido quase unanimemente hoje no Brasil como o nome mais importante da ciência lingüística entre nós) e aos atuais pregadores da tradição gramatical que infestam o cotidiano dos brasileiros com suas quinquilharias multimidiáticas sobre o que é "certo" e "errado" na língua.

Seria espantoso ver uma matéria de Veja em que aparecessem zoólogos falando mal da Biologia, ou engenheiros criticando a Física, ou cirurgiões maldizendo da Medicina. No entanto, ninguém se espanta (e muitos até aplaudem) quando o Sr. João Gabriel de Lima, fazendo eco aos detratores da Lingüística (como o Sr. Pasquale Cipro Neto), fala da existência de "certa corrente relativista" e escreve absurdos como "trata-se de um raciocínio torto, baseado num esquerdismo de meia-pataca, que idealiza tudo o que é popular - inclusive a ignorância, como se ela fosse atributo, e não problema, do 'povo'. O que esses acadêmicos preconizam é que os ignorantes continuem a sê-lo." Seria muito fácil retrucar que estamos aqui diante de um "direitismo de meia-pataca" que acredita na existência de uma "ignorância popular", mas, como cientista, prefiro recorrer a outro tipo de argumento, baseado na reflexão teórica serena e na experiência conjunta de muitas pessoas que há anos se dedicam ao estudo e ao ensino da língua portuguesa no Brasil.

Segundo a reportagem, as críticas que o Sr. Pasquale Cipro Neto recebe dessa "corrente relativista" deixam-no "irritado". Ora, o que parece realmente irritar o Sr. Pasquale é o fato de que, apesar de obter tanto sucesso entre os leigos, nada do que ele diz ou escreve é levado a sério nos centros de pesquisa científica sobre a linguagem, sediados nas mais importantes universidades do Brasil - centros de pesquisa lingüística, diga-se de passagem, reconhecidos internacionalmente como entre alguns dos melhores do mundo (Unicamp, USP, Unesp, UFRGS, UFPE entre outras). Muito pelo contrário, se o nome do Sr. Pasquale é mencionado nas nossas universidades, é sempre como exemplo de uma atitude anticientífica dogmática e até obscurantista no que diz respeito à língua e seu ensino (em vários de seus artigos em jornais e revistas ele já chamou os lingüistas de "idiotas", "ociosos", "defensores do vale-tudo" e "deslumbrados").

Se o Sr. Pasquale se irrita com os cientistas da linguagem, é porque sabe que não tem como responder às críticas que recebe por parte dos pesquisadores, dos teóricos e dos educadores empenhados num conhecimento maior e melhor da realidade lingüística do nosso país. Digo isso com base na experiência de já ter participado de três debates junto com o Sr. Pasquale e ter conhecido sua estratégia de nunca responder com argumentos consistentes às críticas a ele dirigidas, preferindo sempre retrucar com arrogância, prepotência, grosserias e ataques pessoais (chamando os lingüistas de "ortodoxos" - seja isso lá o que for - e de "bichos-grilos") ou fazendo-se de vítima de alguma perseguição (num desses encontros ele declarou sentir-se como um "boi de piranha").

A razão para essa falta de argumentos consistentes é muito simples: o Sr. Pasquale não tem formação científica para tratar dos assuntos de que trata. Suas opiniões se baseiam exclusivamente na arcaica doutrina gramatical normativo-prescritiva, cuja inconsistência teórica e cujos problemas epistemológicos graves vêm sendo demonstrados e criticados pela Linguística moderna desde pelo menos o final do século XIX. As concepções do Sr. Pasquale de "certo" e de "errado" estão em franca oposição, não só com as teorias científicas mais atuais, mas até mesmo com a postura investigativa dos gramáticos profissionais de sólida formação filológica (coisa que ele definitivamente não é), para não mencionar as diretrizes pedagógicas das instâncias superiores da Educação nacional. O documento do Ministério da Educação chamado Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo, é bem explícito em seu volume dedicado ao ensino da língua portuguesa:

A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre 'o que se deve e o que não se deve falar e escrever', não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.

E este mesmo documento é enfático ao afirmar que: há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma 'certa' de falar - a que se parece com a escrita - e o de que a escrita é o espelho da fala - e, sendo assim, seria preciso 'consertar' a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico.

É provável, no entanto, que o Sr. Pasquale Cipro Neto e o Sr. João Gabriel de Lima acreditem que os Parâmetros Curriculares Nacionais sejam obra de membros daquela "corrente relativista" que conseguiram se infiltrar no Ministério da Educação e se apoderar da redação do documento oficial. Vamos, então, deixar de lado as propostas oficiais de ensino e lançar um olhar sobre a própria prática normativo-prescritiva de pessoas como o Sr. Pasquale - assim ficará mais fácil descobrir por que ele não encontra argumentos para reagir às críticas bem-fundadas dos linguistas e educadores sérios e por que só consegue fazer sucesso entre os leigos e os que se recusam (certamente por motivações ideológicas) a aceitar uma concepção de língua mais democrática.

Consultando a gramática que Pasquale Cipro Neto assina em parceria com Ulisses Infante (Gramática da Língua Portuguesa, Editora Scipione, São Paulo, 1998), encontra-se, à p. 521-522, a seguinte explicação para o uso supostamente "correto" do verbo custar:

Custar, no sentido de "ser custoso", "ser penoso", "ser difícil" tem como sujeito uma oração subordinada substantiva reduzida. Observe:

Ainda me custa aceitar sua ausência.

Custou-nos encontrar sua casa.

Custou-lhe entender a regência do verbo custar.

No Brasil, na linguagem cotidiana, são comuns construções como "Zico custou a chutar" ou "Custei para entender o problema" [...]

Na língua culta, essas construções em que custar apresenta um sujeito indicativo de pessoa são rejeitadas. Em seu lugar, devem-se utilizar construções em que surja objeto indireto de pessoa: "Custou a Zico chutar" (= Custou-lhe chutar)

Quero chamar a atenção, aqui, para a seguinte afirmação dos autores: "Na língua culta, essas construções [...] são rejeitadas". Aqui está um exemplo claro e nítido de uma concepção abstrata da língua, tratada como uma espécie de entidade viva, de sujeito animado, capaz de "rejeitar" alguma coisa. Ora, que língua culta é essa que supostamente rejeita essas construções? Será a língua dos nossos grandes escritores, que sempre serviu de material para o trabalho dos gramáticos normativistas? Fui investigar e descobri que não é, porque os exemplos de uso do verbo custar com sujeito são mais do que abundantes na nossa melhor literatura:

- (1) "Seixas custou a conter-se" (José de Alencar)
- (2) "... as moças custavam a se separar" (Clarice Lispector)
- (3) "Renato custou a acordar" (Carlos Drummond de Andrade)

(4) "Felicidade, custas a vir e, quando vens, não te demoras" (Cecília Meireles)"

Será que Alencar, Clarice Lispector, Drummond e Cecília Meireles não são bons exemplos de usuários da "língua culta"? Se não é na literatura, quem sabe, então, se recorrermos à imprensa contemporânea? Será que é lá que mora a famosa "língua culta" que rejeita essas construções? Ora, consultando o jornal onde o próprio Pasquale Cipro Neto escreve (Folha de S. Paulo) e onde presta serviços de "consultor de português" (seja isso lá o que for), encontramos:

(6) Quem foi ao show de Maria Bethânia, anteontem à noite, depois de assistir o sóbrio concerto de João Gilberto, custou a crer que estivesse na mesma cidade (22/6/1998, p. 5-10).

(7) O técnico colombiano, Hernán Darío Gómez, [...] custou a admitir a superioridade rival (16/6/1998, p. 4-14).

(8) O nome Kubitschek era complicado de pronunciar, custou a ser assimilado pela fonética eleitoral (21/11/1997, p. 4-3).

Se lembrarmos que José de Alencar morreu em 1877, fica muitíssimo claro que essa construção está viva e presente na nossa língua há muito mais de um século! Os autores da gramática estão proferindo uma inverdade ao dizer que essa construção é típica do "Brasil cotidiano". Os Srs. Pasquale e Ulisses, em vez de se curvar à realidade concreta dos fatos, tentam nos convencer de que a opção que eles preferem, só porque é a tradicional, é que deve ser considerada "a melhor". É uma atitude essencialmente dogmática, que se recusa a empreender a pesquisa empírica mínima necessária para afirmações sobre o que existe e o que não existe na língua. Além disso, essa atitude é ainda mais conservadora do que a posição assumida por gramáticos de gerações anteriores à deles, como Celso Pedro Luft e Domingos Paschoal Cegalla, que reconhecem a vitória da construção "eu custo a crer que"...

Esse é apenas um pequeno exemplo de como é fácil, para um pesquisador munido de instrumental teórico consistente e de metodologia científica adequada, desautorizar uma a uma, e de modo convincente, as afirmações presentes no trabalho do Sr. Pasquale Cipro Neto e de outros atuais defensores da doutrina gramatical tradicional mais normativa e mais prescritiva possível. Por causa de tudo isso é que a estréia do Sr. Pasquale no programa Fantástico da Rede Globo representa, para a grande maioria dos cientistas da linguagem e dos educadores conscientes, mais um exemplo de como o nosso trabalho ainda está no começo, apesar de tudo o que já temos dito e feito. O quadro do Sr. Pasquale no Fantástico faz regredir em pelo menos 25 anos os grandes avanços já obtidos pela Lingüística na renovação do ensino de língua na escola brasileira. Não consigo, portanto, deixar de repetir o chavão: ele se encontra na contramão da História.

Como já enfatizei acima, pessoas como o Sr. Pasquale só conseguem fazer sucesso entre os leigos, porque dizem exatamente o que as pessoas desejam ouvir: os mitos, as superstições e as crenças infundadas que, há mais de dois mil anos, guiam o senso-comum ocidental no que diz respeito à língua. Refiro-me ao senso-comum ocidental porque essa situação de embate entre uma ciência lingüística moderna e uma doutrina gramatical arcaica também se verifica em outros países - basta ler os livros *Language Myths*, publicado na Inglaterra sob organização de L. Bauer e P. Trudgill, e o *Catalogue des idées reçues sur le langage*, publicado na França por Marina Yaguello. É por isso que escrevi, acima, que nossa luta ainda está no começo. É uma pena que não possamos contar com a ajuda dos meios de comunicação para dissipar todos esses mitos e preconceitos, que impedem a formação, no Brasil em particular, de uma auto-estima lingüística, uma vez que tudo o que os brasileiros ouvem e lêem são os mesmos chavões, repetidos há séculos, de que "brasileiro não sabe português" e que a língua que falamos é "português estropeado". (O pesquisador canadense Christophe Hopper localizou lamúrias e queixas sobre a "ruína" e a "decadência" do francês em textos publicados em 1933, 1905, 1730 e 1689, o que prova a antiguidade desse discurso alarmista e preconceituoso sobre o fenômeno da mudança das línguas ao longo do tempo!)

Outro fato lamentável, na reportagem de Veja, é que seu autor não tenha prestado o grande favor à sociedade de identificar quem são os membros dessa "certa corrente relativista", para que todos, público leitor em geral e lingüistas profissionais em particular, pudéssemos nos precaver contra o suposto "raciocínio torto" de um "esquerdismo de meia-pataca" dos que acreditam que ensinar a norma-padrão não seria útil para as classes sociais desfavorecidas. Minha curiosidade ficou especialmente aguçada porque, como pesquisador dedicado há muitos anos ao estudo das relações entre língua, ensino de língua e fenômenos sociais, até hoje não encontrei uma única obra - assinada por lingüista de formação ou por educador profissional - que negasse a importância do ensino da norma-padrão na escola brasileira, que pregasse a idéia torpe de que não se deve ensinar as formas prestigiosas da língua, ou que "preconizam que os ignorantes continuem a sê-lo", para citar as palavras infelizes da reportagem de Veja.

Entre os membros da comunidade acadêmico-científica que não se intimidam diante da pressão esmagadora das "superstições, mitos e estereótipos" sobre a língua podemos citar a Profa. Magda Soares (reconhecida

como uma das mais importantes educadoras brasileiras de todos os tempos) e o Prof. Sírio Possenti (que nunca teve papas na língua para denunciar e demolir cientificamente os absurdos proferidos por gente como Pasquale Cipro Neto). Ora, já em 1986, Magda Soares, em seu livro (um clássico da educação brasileira) *Linguagem e Escola* (Editora Ática), escrevia, sem hesitação (p. 78):

Um ensino de língua materna comprometido com a luta contra as desigualdades sociais e econômicas reconhece, no quadro dessas relações entre a escola e a sociedade, o direito que têm as camadas populares de apropriar-se do dialeto de prestígio, e fixa-se como objetivo levar os alunos pertencentes a essas camadas a dominá-lo, não para que se adaptem às exigências de uma sociedade que divide e discrimina, mas para que adquiram um instrumento fundamental para a participação política e a luta contra as desigualdades sociais.

Também em seu muito divulgado livro *Por que (não) ensinar gramática na escola* (Ed. Mercado de Letras, 1996), Sírio Possenti faz questão de enfatizar (p. 17-18):

O PAPEL DA ESCOLA É ENSINAR LÍNGUA PADRÃO

[...] adoto sem qualquer dúvida o princípio (quase evidente) de que o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e ideológico.

E eu mesmo, que não tenho hesitado em combater abertamente a manutenção das concepções arcaicas e preconceituosas de língua, escrevi em meu mais recente livro publicado (*Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*, Parábola Editorial, 2001):

[...] como responder a pergunta (invariavelmente presente na fala dos professores de língua): qual o objeto de ensino nas aulas de português? O que devemos ensinar a nossos alunos em sala de aula?

Uma resposta concisa e rápida seria: devemos ensinar a norma-padrão. Já que só se pode ensinar algo que o aprendiz ainda não conhece, cabe à escola ensinar a norma-padrão, que não é língua materna de ninguém, que nem sequer é língua, nem dialeto, nem variedade, como enfatizei acima. Ensinar o padrão se justificaria pelo fato dele ter valores que não podem ser negados - em sua estreita associação com a escrita, ele é o repositório dos conhecimentos acumulados ao longo da história. Esses conhecimentos, assim armazenados, constituiriam a cultura mais valorizada e prestigiada, de que todos os falantes devem se apoderar para se integrar de pleno direito na produção/condução/transformação da sociedade de que fazem parte.

Tenho, portanto, a consciência muito tranqüila (como decerto também a têm Magda Soares, Sírio Possenti e, de fato, a maioria dos lingüistas e educadores brasileiros comprometidos com a democratização de nossa sociedade) de não fazer parte daquela "corrente relativista" e de não poder ser acusado de ter um "raciocínio torto". Por isso, volto a lamentar que o Sr. João Gabriel de Lima não tenha dado nome aos bois, para que, juntos, pudéssemos combater esse suposto "esquerdismo de meia-pataca". Não nomear seus adversários no plano intelectual, no entanto, é prática corrente de pessoas como Pasquale Cipro Neto que, embora alegando referir-se a "alguns" lingüistas, nunca se dá ao trabalho de dizer quem são os "idiotas", "ociosos" e "deslumbrados" a que se refere.

A grande diferença entre os lingüistas e educadores que defendem o ensino da norma-padrão e os apregoadores da doutrina gramatical arcaica está no fato de que já se sabe hoje em dia que, para aprender as formas mais padronizadas e prestigiosas da língua, não é necessário conhecer a nomenclatura gramatical tradicional, as definições tradicionais, nem praticar a velha e mecânica análise lexical e muito menos a torturante análise sintática. Em seu depoimento a *Veja*, o Sr. Pasquale Cipro Neto lamenta que ninguém mais saiba diferenciar "sujeito" de "predicado", nem mesmo os professores. Ora, todo um longo trabalho de investigação teórica e de pesquisa em sala de aula - no Brasil e no resto do mundo -, trabalho que se faz há pelo menos trinta anos, já deixou muito claro que não é decorando as páginas da gramática normativa que uma pessoa será capaz de falar, ler e escrever adequadamente às diversas situações. O já citado M. Stubbs escrevia, em 1987, que

Muita gente lamenta o fim do ensino da gramática formal (análise sintática e coisas assim), alegando que ele ajudava as crianças a escrever melhor, com mais precisão e assim por diante. [...] é duvidoso que aquele ensino jamais tenha ajudado muita gente a escrever melhor, e é nítido que ele afugentou um grande número de pessoas. A relação entre análise e compreensão, e entre compreensão consciente e produção de linguagem efetiva, é difícil de demonstrar.

E o pedagogo canadense Gilles Gagné, em 1983, já dizia:

"O uso da língua procede da intenção para a convenção", conclui McShane (1981), ao passo que a escola procede infelizmente ao contrário, isto é, das convenções lingüísticas para as intenções de comunicação; intenções, além disso, quase sempre artificiais e impostas ou sugeridas pelo mestre.

E aquele que é considerado hoje, inclusive internacionalmente, como o nome mais importante da pesquisa científica sobre o português brasileiro contemporâneo - o Prof. Ataliba T. de Castilho, atual presidente da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina e coordenador do grande Projeto da Gramática do Português Falado (projeto apresentado de maneira distorcida e preconceituosa no número 1710 de Veja) - escreve com toda clareza em seu livro A língua falada e o ensino de português (Ed. Contexto, 1998, p. 21-22):

[...] os recortes lingüísticos devem ilustrar as variedades sócio-culturais da Língua Portuguesa, sem discriminações contra a fala vernácula do aluno, isto é, de sua fala familiar. A escola é o primeiro contato do cidadão com o Estado, e seria bom que ela não se assemelhasse a um "bicho estranho", a um lugar onde se cuida de coisas fora da realidade cotidiana. Com o tempo o aluno entenderá que para cada situação se requer uma variedade lingüística, e será assim iniciado no padrão culto, caso já não o tenha trazido de casa.

Desse modo, prossegue o autor (p. 23),

a gramática deixará de ser vista pelos alunos como a disciplina do certo e do errado, reassumindo sua verdadeira dimensão, que é a de esquadrinhar através dos materiais lingüísticos o funcionamento da mente humana.

Afinal, o que aconteceu, ao longo dos séculos, segundo Castilho, foi que

a gramática, que não era uma disciplina autônoma, assumiu na escola uma vida própria, desgarrada de suas origens, e concentrada apenas na sentença, na palavra e no som, obscurecendo-se sua argumentação e empobrecendo-se seu alcance.

Se existe, porém, uma grande resistência contra o redimensionamento do lugar do ensino da gramática na escola é porque todos sabemos que, ao longo do tempo, o conhecimento mecânico da doutrina gramatical se transformou num instrumento de discriminação e de exclusão social. "Saber português", na verdade, sempre significou "saber gramática", isto é, ser capaz de identificar - por meio de uma terminologia falha e incoerente - o "sujeito" e o "predicado" de uma frase, pouco importando o que essa frase queria dizer, os efeitos de sentido que podia provocar etc. Transformada num saber esotérico, reservado a uns poucos "iluminados", a "gramática" passou a ser reverenciada como algo misterioso e inacessível - daí surgiu a necessidade de "mestres" e "guias", capazes de levar o "ignorante" a atravessar o abismo que separa os que sabem dos que não sabem português...

Em conclusão, Sr. Editor, gostaria de lhe pedir que, uma vez que tão amplo espaço foi concedido aos defensores da idéia medieval de que "os brasileiros não sabem falar bem", caberia agora a Veja conceder igual espaço aos verdadeiros especialistas, às pessoas que dedicam toda sua energia, toda sua inteligência, toda sua vida, enfim, ao estudo dos fenômenos da linguagem humana e à proposição de novos métodos de ensino, capazes de dar voz aos que, por força de tantas estruturas sociais injustas, sempre foram mantidos no silêncio. Talvez assim Veja possa se livrar do risco de ser acusada de promover "distorções deliberadas dos fatos lingüísticos e pedagógicos".

Atenciosamente,

MARCOS BAGNO

Doutor em Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo
Mestre em Lingüística pela Universidade Federal de Pernambuco
Escritor com mais de 20 livros publicados
Tradutor profissional de inglês, francês, espanhol e italiano
Membro da Associação Brasileira de Lingüística

Autor das seguintes obras sobre língua e educação, amplamente adotadas nas universidades brasileiras:

A Língua de Eulália. Novela sociolingüística - Ed. Contexto, 1997 (em 10ª edição, mais de 50.000 exemplares vendidos)
Pesquisa na escola: o que é, como se faz - Ed. Loyola, 1998 (em 8ª edição, mais de 30.000 exemplares vendidos)
Preconceito lingüístico: o que é, como se faz - Ed. Loyola, 1999 (em 10ª edição, mais de 50.000 exemplares vendidos)
Dramática da Língua Portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social - Ed. Loyola, 2000
Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa - Parábola Editorial, 2001 (1ª edição esgotada em menos de dois meses)

Norma lingüística (seleção e tradução de textos de autores estrangeiros sobre a questão da norma) - Ed. Loyola, 2001.